

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**TRABALHO E EDUCAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA ORDEM
SOCIAL EM UBERABINHA (1891-1906)**

YLANA CAROLINA MARQUEZ NUNES

YLANA CAROLINA MARQUEZ NUNES

TRABALHO E EDUCAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA ORDEM
SOCIAL EM UBERABINHA(1891-1906)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

Uberlândia, Junho de 2004.

YLANA CAROLINA MARQUEZ NUNES

**TRABALHO E EDUCAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA ORDEM SOCIAL EM
UBERABINHA (1891-1906)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto – Orientador

Prof.Ms. Sérgio Paulo Morais

Prof.Ms. Sheille Soares de Freitas Batista

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela graça da vida e pelo fortalecimento espiritual.

À vovó Dulcita que sempre foi em minha vida muito mais que um porto seguro. Uma pessoa que me ensinou o que é a vida e como esta deve ser vivida. Um exemplo de serenidade, compreensão, bondade, honestidade. Uma pessoa que sempre me amou incondicionalmente. Sei que nunca conseguirei expressar e agradecer toda a sua contribuição em minha vida, mas posso afirmar que cresci muito como pessoa nestes longos anos de convívio.

À Dedé que sempre foi companheira, carinhosa e atenciosa. Obrigada por me amar tanto.

À minha mãe, Lysia, que mesmo distante sempre acreditou em mim e me apoiou. Sendo um exemplo de força e coragem.

Ao meu pai, Antônio Carlos, e ao meu irmão Caique, pelo carinho e credibilidade.

Ao meu namorado Fábio, que foi também uma pessoa essencial neste processo, pelo seu carinho, paciência e, sobretudo pelo seu amor. Por dedicar a mim seu colo em momentos de aflições. E acima de tudo por estar sempre ao meu lado.

À minha querida tia por afinidade professora Clara Suassuna, por sua amizade, carinho, dedicação e contribuição dispensada na elaboração deste trabalho.

Ao meu orientador Wenceslau Gonçalves Neto pelas muitas oportunidades que me deu e principalmente pela sua paciência junto às minhas inquietações.

Aos professores do Instituto de História pela contribuição no meu crescimento intelectual. E agradeço especialmente aos professores Paulo Almeida e Sheille Soares, que me auxiliaram neste processo de elaboração final da monografia, dando significativas contribuições.

Aos funcionários da Coordenação do Curso de História pela prestatividade.

Às minhas amigas, companheiras de Arquivo: Valéria, Ivani, Luciana e Larisse pelos momentos de descontração e auxílio.

À minha amiga Rejane, pelos muitos momentos de compreensão e amizade sincera dedicadas a mim. Por ser uma pessoa especial que sempre me apoiou e dispensou de seu tempo para me ouvir e aconselhar pacientemente.

À minha amiga Jaqueline por horas e horas de estudos em conjunto e principalmente por sua amizade.

À todos colegas e amigos do Curso de História.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	05
TRABALHO E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	
1.1 A REPÚBLICA BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO.....	08
CAPÍTULO II	21
A INFLUÊNCIA DO DISCURSO EDUCACIONAL NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA CIDADE DE UBERABINHA	
2.1 ORDEM SOCIAL E HIGIENIZAÇÃO EM UBERABINHA.....	25
2.2 A CIDADE DE UBERABINHA NA IMPRENSA.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
FONTES	46
REFERÊNCIAS BIBILOGRÁFICAS	47

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar o discurso disseminado entre as elites uberabinhenses relativo à questão do trabalho e da educação na cidade de Uberabinha, entre os anos de 1891-1906. A data de 1891 é tomada como referência inicial por ser o ano em que se tem a primeira documentação oficial (as atas da Câmara Municipal) e 1906 é colocado como limite por inaugurar uma nova fase da educação [mineira] com a introdução dos grupos escolares por meio da Reforma João Pinheiro.

Pretendemos caracterizar esta fase, este momento de discussão e procura de um modelo de instrução pública para o estado, no início da República, que vai de 1889 a 1906, como “*fase heróica da educação republicana em Minas Gerais*”. Os grupos escolares neste momento representam, como nos mostra Faria Filho,

“um movimento em que o moderno suplanta o arcaico, o novo substitui o velho e as luzes da razão e da ciência impõem-se às trevas da ignorância e da tradição, as palavras, as categorias vão sendo reelaboradas e passam a adquirir novos sentidos (...)”¹.

Configura-se, então, uma continuidade no debate que se iniciara no final do período imperial sobre os rumos do ensino no Brasil e que conta, agora, com o estímulo dos ideais republicanos compromissados com a educação.

Julgamos ser esse tema pertinente para estudo, pois percebemos, tomando contato com algumas fontes (atas da Câmara, jornais), que Uberabinha apresentava todo um discurso progressista, de cidade modelo, passando-nos uma imagem de uma realidade harmônica, sem problemas sociais. Essa representação persiste ao longo do século XX, com a disseminação da imagem de uma cidade ordeira, o que é ainda defendido pela elite recente.

No entanto, se a propaganda de uma cidade disciplinada obteve sucesso, conseguindo-se firmar no imaginário da população, isso não elimina os problemas sociais, que precisam ser identificados e discutidos. Para o período recente a historiografia tem feito esta crítica, esse desvelamento, como pode ser visto no texto que segue:

“Se de um lado a cidade é moralizada, de ponta a ponta, pelo ideário burguês e aparece como ordeira, laboriosa e passiva, caminhando em busca do desenvolvimento urbano e social, de outro, as recusas, os movimentos sociais organizados, as manifestações ‘espontâneas’ da população demonstram que essa sociedade não é tão harmoniosa e pacífica quanto quer a memória oficial. A alteração do traçado urbano, a estrutura moderna e avançada da arquitetura, a especulação imobiliária, a situação de pólo comercial e industrial da região, fatos que atestam o seu progresso econômico, contrastando com a violência, o crime, o roubo, a mendicância, a prostituição, os jogos de azar, o favelamento, deixando entrever, nos conflitos sociais, a recusa à ordem burguesa estabelecida”².

É preciso que busquemos, para melhor compreender essa crítica, no início da organização do município, as categorias, as representações sociais que foram sendo trabalhadas pela elite na construção dessa imagem de cidade. Então, percebemos que os inúmeros discursos disseminados, principalmente através da positividade do trabalho, da moralidade e disciplinarização dos indivíduos possibilitaram a criação de uma imagem da cidade como **pacata e ordeira** e de um povo trabalhador, contrastando com uma outra realidade que se pretendia a todo custo ocultar. O que notamos ao longo de nossa pesquisa é que em grande parte da documentação analisada, especificamente as atas da Câmara Municipal e alguns jornais da época, Uberabinha é [quase] sempre vista como uma cidade modelo, ordeira e, principalmente progressista, passando-nos uma idéia de total ausência de problemas sociais.

É importante salientar ainda que o interesse pelo tema estudado surgiu a partir do envolvimento com o projeto **Organização do ensino público e representações de educação e civilização em Minas Gerais: Uberabinha, 1888 –1930**³, sob a coordenação do professor Wenceslau Gonçalves Neto, no qual, busca-se resgatar o discurso em torno da educação no município observando as diversas maneiras em que

¹ Faria Filho, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000, p.153.

² Cf. M. C. Tomaz Machado. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: Assistência social institucionalizada (Uberlândia 1965 a 1980)**. São Paulo: USP, 1990 (mestrado FFLCH).

³ Projeto financiado pelo CNPq.

este é apresentado, visando ainda, a recuperação de relações, conflitos de poder, enfim, as principais representações existentes na cidade neste período.

Fizemos então, a separação da documentação a ser pesquisada, selecionando as temáticas para estudo. Partimos inicialmente para a investigação de alguns livros de atas (que se encontram disponíveis no Arquivo Público de Uberlândia), referentes aos anos de 1891, por ser o ano da primeira documentação oficial até o ano de 1906, os quais já estão devidamente transcritos e à disposição dos pesquisadores.

Além disso, realizamos também, um levantamento prévio de alguns artigos de jornais que retratam o período, buscando através dessas inúmeras documentações realizar uma espécie de cruzamento com as fontes o que nos permitiu alargar o campo de visão sobre a educação em Uberabinha e região. Após a identificação dessa documentação foi feita uma transcrição na íntegra das reportagens em fichas especiais, posteriormente digitadas e arquivadas, encontrando-se à disposição no Núcleo de História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Portanto, esses dois anos de investigações para o projeto foram significativos para o crescimento no campo da pesquisa e produção de conhecimento histórico tanto na investigação das fontes quanto na ampliação do olhar para análise que a documentação requer. A investigação possibilitou visualizar a existência de outros sujeitos sociais e as contradições da sociedade que muitas vezes foram ocultadas nos diversos veículos de comunicação, os quais privilegiavam disseminar o discurso de que Uberabinha era uma cidade ordeira levando os diversos leitores a pensarem que nesse espaço não havia problemas sociais.

O envolvimento com o projeto influenciou no direcionamento das pesquisas e análises para a produção desse trabalho de conclusão de curso, buscando perceber como esse discurso disciplinador/educacional atuou influenciando uma parcela significativa da população para a importância do trabalho, sendo este, um instrumento capaz de regenerar a sociedade, livrando-a da ociosidade e conseqüentemente da vadiagem. Foi possível observar também como os ideais republicanos de ordem e progresso e a construção de uma nova ideologia do trabalho especialmente nas últimas décadas do século XIX, entre outros discursos moralizantes, se encontram presentes no cotidiano de uma pequena cidade no interior do Triângulo Mineiro, conhecida como Uberabinha (Uberlândia a partir de 1929).

Essas e outras questões serão melhor analisadas no decorrer dos dois capítulos do trabalho, sendo o primeiro, um capítulo teórico, no qual, procuramos resgatar a

questão do trabalho e do trabalhador antes e posteriormente ao advento da República. Buscamos também recuperar o papel que a educação teve, principalmente na formação desse novo homem que deveria surgir com a república, era dela a tarefa de difundir, junto à elite dominante, os ideais republicanos na sociedade brasileira.

Já no segundo capítulo procuramos mostrar como todas essas representações se encontravam disseminadas no interior da elite uberabinhense, relatando como a cidade incorporava esses ideais republicanos. Para melhor analisar essas questões, entre outras existentes no universo da cidade, cuja data de formação do Município antecede em apenas um ano a Proclamação da República, recorremos a documentações oficiais locais, como “Atas da Câmara Municipal”, “Códigos de Posturas” e também alguns jornais da época, especificamente, “O Progresso” e “A Nova Era”, os quais nos possibilitaram obter uma análise mais aprofundada da cidade, recuperando regras de higienização, ordem social, códigos de moralidade e noções de civismo apresentados à população.

Na referida documentação foi possível perceber como esses discursos buscavam moldar, e, conseqüentemente formar indivíduos trabalhadores, dóceis e, sobretudo, progressistas. Ainda nesse capítulo procuramos refletir como a educação teve um papel significativo na cidade, principalmente no que diz respeito ao combate à vadiagem e à ociosidade, buscando disseminar entre a população uberabinhense os valores do trabalho como dignificação do homem e símbolo de riqueza e de prosperidade.

CAPÍTULO I

TRABALHO E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Procuraremos neste capítulo introduzir a idéia do que significava o mundo do trabalho, buscando entender as inúmeras particularidades e complexidades pelas quais o próprio conceito de trabalho passou a ter no decorrer do nosso período de estudo. Nessa perspectiva, destacaremos de forma rápida a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre que, apesar de não ser exatamente a nossa preocupação fundamental nesse estudo, será de grande importância para entendermos um pouco dessa transformação que se tem, não só de um novo modelo de trabalhador, mas também do próprio significado do trabalho na sociedade. A nossa intenção é mostrar como essas transformações foram acontecendo principalmente com o advento da República, proclamada em 1889, exatamente um ano depois da abolição, mas, sobretudo, procuraremos demonstrar como se deu a construção de uma nova ideologia do trabalho especialmente nas últimas décadas do século XIX. Atrelado a isso demonstraremos nesse capítulo o significativo papel que a educação desempenhou nesse processo.

No período imperial o suprimento de mão-de-obra era garantido pelos escravos, (lembrando que sempre existiu trabalho livre, cuja entronização foi acelerada a partir da segunda metade do século XIX). Eram eles os responsáveis pelo desenvolvimento econômico da época, especialmente da economia cafeeira. Foi nas regiões cafeeiras que o trabalho escravo permaneceu sendo a forma de exploração dominante muito tempo.

Com a proximidade da abolição, a elite dominante da época começava a se preocupar não só com a garantia do suprimento de mão-de-obra mas, principalmente em aliar essa transição do trabalho escravo para o livre à continuidade da dominação social que exercia tão satisfatoriamente sobre os escravos. É importante ainda que se diga que o Brasil às vésperas da Lei Áurea possuía enorme massa de pessoas destituídas de propriedade e de instrumentos produtivos. Havia a necessidade de se ter uma transformação de âmbito cultural na sociedade brasileira, pois o parâmetro de trabalho, mesmo após a abolição, ainda era pautado na escravidão. Após a abolição os libertos – quase 800 mil – foram jogados na mais terrível miséria. Os homens recém libertos, bem como os homens livres e pobres, eram vistos pela elite dominante como vadios e desclassificados para o trabalho. Enquanto a produção continuasse centrada no escravo, este vasto contingente de pobres continuaria à margem do sistema produtivo e passaria a ser encarado como vadio, e, portanto, imprestáveis para o trabalho disciplinado e regular. É importante ainda ressaltar que, no âmbito desse processo de rejeição qualquer trabalho manual era considerado coisa de escravos, portanto algo repugnante. O

artesanato era tido como uma atividade socialmente desprestigiada e economicamente sem futuro. A grande parte da mão-de-obra nacional, devido a grande preconceito e resistência com relação a ela, foi sendo incorporada de forma secundária, pois a preferência, principalmente para o trabalho nas grandes plantações, passava a ser dos imigrantes. A mão-de-obra nacional era bastante desacreditada pelos senhores, especialmente os plantadores de café, que duvidavam que os livres pobres pudessem ser um substituto satisfatório para os escravos⁴.

Esse aspecto de continuísmo presente no interior da classe dominante não diminuiria e nem tampouco esconderia as inúmeras transformações sociais que estavam em andamento. E elas não tardariam. Começavam, de fato, a acontecer com o fim da escravidão. A partir desse momento, o conceito de trabalho foi aos poucos ganhando uma valorização positiva, articulando-se constantemente com alguns conceitos como os de “ordem” e “progresso”, “para impulsionar o país no sentido do ‘novo’, da ‘civilização’, isto é, no sentido da constituição de ordem social burguesa⁵”. O conceito de trabalho precisava despir-se de seu caráter infame e degradador, característico de uma sociedade escravista, assumindo uma nova roupagem típica dessa sociedade que surgia. E, através dele, os homens seriam despertados para um sentimento de “nacionalidade”, superando com isso, alguns vícios como a “preguiça” e a “mendicância”. Era necessário incutir nos cidadãos o hábito do trabalho, pois esta seria a única forma de regenerar a sociedade, de livrá-la da ociosidade e da vadiagem. E isso seria feito através da educação, por meio da qual, os indivíduos adquiririam a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade. Portanto, era essencial que a ociosidade fosse combatida a todo custo, o ocioso representa uma ameaça à moral e aos bons costumes, ou seja, um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral.

Com a proclamação da República em 1889, os novos governantes colocam-se na condição de inauguradores de uma ordem política superior, em oposição ao Império. Era necessário não apenas implementar uma realidade diferente mas, também, tentar “enterrar” a condição antecedente, os 67 anos de Império, o que seria feito através da valorização do conhecimento moderno, da ciência, da nação, reforçados pela educação – marcas da República. Referindo-se ao discurso dos que discutem a educação neste período de transição do Império para a República, Cynthia Greive, observa:

⁴ CHALHOUB, Sidney. *Sobrevivendo. Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001, pp. 23 - 49.

“Na estrutura lingüística dos textos dos intelectuais, a educação e a escola são tomadas como sujeitos de uma nova história a ser escrita, além de estabelecerem uma relação entre ‘nós’ e ‘eles’ para designar os parceiros e os adversários da nação e da República. Estas palavras são, muitas das vezes, tomadas como expressões que possuem uma autonomia própria, encerrando nelas mesmas uma significação dada – progresso, ordem, razão, modernidade”⁶.

Se a educação se apresentava, na maioria das vezes, como a redenção de uma nação marcada pelo analfabetismo, pelo atraso técnico, pela base econômico-política de origem rural, era necessário que a mesma fosse organizada de forma rápida e eficiente. O analfabetismo representava, nessa nova conjuntura, a vergonha do século que ameaçava as bases políticas, econômicas e sociais da nação. Tudo isso precisava urgentemente ser combatido, pois como se afirmava *a chave da civilização é o alfabeto*⁷, sem este não seria possível obter nem progresso, e nem tampouco cultura, portanto, não haveria evolução. A alfabetização nesse aspecto é vista como uma função regeneradora, que contribuiria para a desejada reconstrução nacional e a superação da ignorância popular.

No entanto, para se consolidar esta sociedade diferenciada seria necessária a formação de um novo cidadão, responsável pela nova ordem, respeitando as normas e trabalhando para o engrandecimento do país. E não se pensava apenas na formação moral e intelectual do povo, mas também na sua capacitação para o trabalho. Nos moldes modernos de produzir, baseados na divisão do trabalho, requeria-se um mínimo de escolarização do trabalhador para torná-lo capaz de ler e de compreender explicações sobre a forma de produzir e sobre a operação das máquinas. Sem contar que, para que pudessemos nos tornar geradores de alguma forma de tecnologia, precisaríamos dominar

⁵ Discussão sobre a possibilidade de se garantir a continuidade do suprimento a manutenção da mão de obra com o fim da escravidão. Ibid, p.48.

⁶ “Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no século XIX”. In: VIDAL, Diana Gonçalves & SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de (org). **A memória e a sombra: A escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 138.

⁷ NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974, p.113.

a ciência, o que não poderia ser feito sem a escola⁸. Tal tecnologia era fundamental para o desenvolvimento industrial – que poderia nos arrancar de nossa condição puramente ruralista.

1.1 A República Brasileira e a Educação

Ao se discutir um novo modelo de sociedade, e na Primeira República brasileira estamos falando de uma sociedade liberal em formação, não se descarta dos aspectos que acabam por dar sustentação à continuidade dessa ação, fundados principalmente na educação, que acaba por se encarregar de transmitir e reforçar os valores liberais. Neste sentido, considera-se que a educação contribui para o aprimoramento da sociedade democrática que, por sua vez, é um dos requisitos para o desenvolvimento da sociedade liberal (e não o contrário). A educação torna-se, portanto, centro de atenção dos defensores do liberalismo, sendo ressaltada sua importância para a cidadania, muito mais do que para a formação profissional. Antonio Paim, por exemplo, observa que

“O sistema democrático exige, simultaneamente, que a grande massa de cidadãos tenha noção plena e integral do papel que compete a cada um desempenhar. Em toda parte, é certo, as funções do governo são exercidas por elites preparadas para esse mister. Contudo, devem ser avaliadas periodicamente, tarefa que incumbe à massa dos votantes. Os meios de comunicação contribuem, por seu turno, para destacar as questões efetivamente polarizadoras. Para compreendê-las, requer-se um mínimo de cultura geral, que o ensino fundamental deve ser capaz de universalizar. (...) Os liberais têm o dever, em toda parte, de tentar convencer as lideranças locais de que não conseguiremos erigir uma nação próspera e estável, com base num sistema de ensino que atua de modo perverso, contribuindo, precipuamente para engrossar o

⁸ Rui Barbosa, discutindo a reforma do ensino primário, já em 1883, observava que “O Estado tem deveres para com a Ciência. Cabe-lhe, na propagação dela, um papel de primeira ordem; já porque do desenvolvimento da ciência depende o futuro da nação; já porque a criação de focos científicos de ensino é de extrema dificuldade aos particulares...”. In: LACOMBE, Américo Jacobina. **O pensamento vivo de Rui Barbosa**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944, p. 142.

contingente de analfabetos. (...) A educação para a cidadania é uma tarefa específica”⁹.

Não se poderia ser mais claro com relação ao que se espera da educação por parte do liberalismo, principalmente no que concerne à preparação da população para a prática política e para a construção do progresso e da ordem.

Se à educação cabia tão importante papel, não se poderia deixar que a mesma se desenvolvesse espontaneamente, mas que se colocasse um direcionamento e um controle sobre a ação dessa instituição redentora. Seguindo o modelo de diversos outros países - da Europa e os Estados Unidos -, procurou-se implantar a escola pública fundamental, sob a direção do Estado, estabelecendo o sistema de ensino como o mecanismo básico de transmissão e defesa dos valores das sociedades democráticas de orientação liberal (como já vimos acima). Lílian do Valle, analisando a discussão sobre privatização do ensino e distanciamento do Estado, observa:

“Sob este prisma, a idéia de privatização da educação só pode aparecer como um contra-senso. A Escola pública não é apenas um dos lugares onde se dá esta socialização dos indivíduos: ela é, por excelência, o lugar onde se institui, na vida do futuro cidadão, esta participação, e um dos lugares mais visíveis de instituição daquilo que, na sociedade, foi decidido que, definitivamente, não pode ficar sob o controle exclusivo de alguns, para não se tornar privilégio de uns poucos”¹⁰.

Vivia-se, portanto, uma atmosfera de “entusiasmo pela educação¹¹”, de crença no seu potencial transformador e mesmo regenerador. A instrução nesse aspecto é vista com um caráter que vai além da formação do indivíduo, acabando por assumir um caráter regenerador não só do homem, mas também nos padrões de cultura e educação existentes. A república se apresentava como uma modernidade e, para tanto, buscava na

⁹ **O Liberalismo Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. 122 e p. 127.

¹⁰ **A escola e a nação: As origens do projeto pedagógico brasileiro.** São Paulo: Letras & Letras, 1997, p. 10.

¹¹ Expressão difundida por Jorge Nagle, op. cit., pp. 97.

educação o aparato ideológico que a justificaria. O objetivo era obter a reconstrução nacional transformando o indivíduo em parte ativa do progresso nacional mediante forças produtivas que colaborassem em alcançar a riqueza nacional, o que não se obtinha nas escolas de padrões tradicionalistas. Ensino este, característico da época imperial, *“onde se ministrava um ensino formalista, preso à cultura clássica, que embelezava o espírito, mas não transformava as criaturas em forças propulsoras da riqueza nacional”*¹². Percebe-se através dessa citação uma crítica à mentalidade imperial, visto que naquele período ocorre uma depreciação da educação, pois segundo a elite republicana, tal educação não foi capaz de desenvolver nos homens o espírito de trabalho. Ao contrário, tornavam-se seres ociosos e cada vez mais ignorantes. Nesse sentido, a educação no período imperial é vista como um descalabro, encarada como uma espécie de “barbárie” a qual a República sucederia para trazer a civilização. Ou melhor, para difundir,

*“as luzes da instrução para todo o povo brasileiro, democratizando a sociedade, [formando com isso] o cidadão cívica e moralmente, de maneira a colaborar para que o Brasil se transforme em uma Nação à altura das mais progressivas civilizações do Século”*¹³.

Podemos notar que a escolarização se apresenta como a “salvação” para a humanidade na medida em que se vê como a propulsora da modernidade e do progresso.

Até o presente momento procuramos mostrar, entre outras coisas, a importância da educação nesse período. Julgamos ser pertinente analisar a educação primária nos primeiros níveis de escolarização, mesmo que não tenhamos abordado em separado esses níveis escolares, é de extrema importância ressaltar pelo menos o papel de um deles, a educação primária. Esta é considerada como “um primeiro passo” na formação das crianças, sendo dela a responsabilidade de alfabetização, ou seja, de ensiná-las a ler e a escrever. É tida como uma das realizações preferidas dos governantes, pois não só abre as “portas” do alfabeto (chave da modernidade), mas também por ser considerada a *principal instituição formadora do caráter nacional*¹⁴. Nesse aspecto a escola primária é vista como mais uma etapa de formação do que propriamente de instrução, na medida

¹² Ibid, p.111.

¹³ Ibid, p. 100.

¹⁴ NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974. P. 113.

em que *se torna a instituição mais importante do sistema escolar brasileiro – a matriz onde se integram o humano e o nacional*¹⁵.

Portanto, percebemos que todo esse ideal e modelo de educação, disseminado pelas elites republicanas, também se encontrava presente entre as autoridades mineiras. Como demonstra Faria Filho:

*“Em Minas Gerais, como em outras regiões brasileiras, a educação e a instrução primária eram vistas como uma das mais poderosas armas no combate às supostas conseqüências maléficas deixadas pelo Império e pelo trabalho escravo”*¹⁶.

Dessa maneira, a educação representava o papel de não só preparar essa população para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, de reintegrar o povo à nação além de reorganizar a escola pública, pois, segundo os moldes republicanos, era considerada atrasada e desorganizada. O que não era admitido porque com tal modelo de instrução não se poderia levar adiante as tarefas tão complexas de moralizar e civilizar a sociedade.

Até agora observamos rapidamente algumas das principais iniciativas e realizações do governo com relação à educação, a escolarização para a sociedade brasileira. No entanto, outras iniciativas foram efetuadas objetivando a ampliação do universo do ensino. Estamos falando do ensino profissional que teve a sua criação através do – *Decreto nº1.606, de 29 de dezembro de 1906 – por meio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual competia regular o ensino profissional no Brasil*¹⁷. É importante salientar que, mesmo com todo o discurso difundido pelas elites republicanas com relação à modernidade do ensino e com todas as críticas que foram feitas ao ensino no período imperial, no período republicano, até a *criação do Serviço de Remodelação, o ensino técnico-profissional*¹⁸, as mesmas estruturas e características do período imperial foram mantidas, ou seja, era comum o mesmo tipo de discurso, o mesmo tipo de linguagem.

¹⁵ Ibid, p.114.

¹⁶ FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000, p.27.

¹⁷ NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**, p.163.

¹⁸ Ibid, p.164.

Portanto, nessa conjuntura, o ensino técnico-profissional surge com um discurso que vai além da formação dos jovens para o trabalho visando o engrandecimento desses e da própria nação, pois na realidade, por trás de todo o caráter assistencial que adquire, está o aspecto de controle e dominação das chamadas “classes pobres”. Como podemos ver no dizer de Jorge Nagle, esse ensino “*figurava, portanto, menos como um programa propriamente educacional, e mais como um plano assistencial aos ‘necessitados da misericórdia pública’; [sendo que o seu objetivo mesmo] era o da regeneração pelo trabalho*”¹⁹. Assim, podemos perceber que, por trás de todo aquele discurso assistencialista, o objetivo central desse tipo de ensino era o de fazer com que a população adquirisse os hábitos do trabalho, o qual, uma vez adquirido, afastará os homens da ociosidade, da ignorância, escola do vício e do crime.

Com relação ainda a esse assunto, veremos mais detalhadamente no decorrer do capítulo dois, como essa preocupação com as classes pobres e com a responsabilidade educacional e assistencialista, encontra-se também presente no interior da elite uberabinhense.

Ainda no âmbito da educação julgamos ser importante ressaltar que na medida em que as transformações de ordem econômica, política e principalmente sociais, iriam ocorrendo, também a escola se reestruturava buscando uma espécie de readequação às necessidades do mundo moderno. Diante disso é que se passa a defender a criação dos primeiros grupos escolares (que, em Minas Gerais, só foram criados em 1906), os quais teriam a função de não só organizar o ensino mas também de estabelecer um controle maior dentro do universo escolar, controle este, que significava inspecionar os professores; “*adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria [sociedade]*”²⁰. Portanto os grupos escolares buscavam além de moldar novos padrões educacionais, formar, por conseguinte também novos padrões de profissionais criando para eles uma nova identidade. Paralelo a isso os grupos escolares também criaram e ampliaram os regimes disciplinares, através deles foi possível obter um controle mais satisfatório do ensino, dos programas de ensino e de professores o que não acontecia nas escolas isoladas. Nessa concepção, os grupos escolares eram tidos e vistos como a modernidade do ensino, a superação do atraso.

Assim, todas essas discussões que permeavam o pensamento mineiro e brasileiro em torno da educação visavam acima de tudo a reorganização do conjunto da sociedade,

¹⁹ Ibid, p.164.

²⁰ Ibid, p.31.

como já mencionamos, porém mais voltadas para a questão do trabalho. Encontrava-se sempre em discussão não só a necessidade de se formar um novo trabalhador que fosse apto às exigências do mercado capitalistas mas, principalmente, “*recuperar o próprio conceito e valor do trabalho – [especialmente] o manual; educar e recuperar os trabalhadores através da organização e recuperação do trabalho, [representava a tarefa mais significativa e importante para as elites mineiras e brasileiras]*”²¹. Voltaremos a essa temática do papel da educação e do surgimento dos primeiros grupos escolares, e como esses apareceram no Estado de Minas Gerais, especificamente em Belo Horizonte e em Uberabinha (nossa cidade de estudo), no capítulo dois desse trabalho.

Continuando nossa análise no que diz respeito à questão do trabalho, e como esse vai aos poucos adquirindo uma nova roupagem, vimos que era necessário e de fundamental importância para os proprietários dos meios de produção que a dominação exercida no período escravista fosse mantida mesmo nessa atual conjuntura, e vimos ainda alguns mecanismos que foram utilizados para que toda a antiga estrutura de dominação permanecesse. Passa-se então, principalmente com o advento da república, a inculcar na população, valores moralizantes do trabalho, no que tange especificamente ao aspecto da dignificação do homem, o trabalho tinha que ser visto como um bem, um valor supremo. O objetivo era impor algumas medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho e para isso era necessário que houvesse toda uma construção de valores, os quais iriam constituir uma nova ética do trabalho. Acreditava-se que os libertos traziam consigo inúmeros vícios de sua condição anterior e, portanto, não eram capazes de obterem um trabalho honesto, ou seja, não eram “civilizados” o suficiente para se tornarem cidadãos trabalhadores, construtores de uma civilização em crescimento com vistas para o progresso. Segundo Chalhoub, “*era necessário evitar que os libertos comprometessem a ordem, e para isso havia de se reprimir os seus vícios (...), [os quais só poderiam ser alcançados e] vencidos através da educação, e educar os libertos significava criar o hábito do trabalho*”²². Nesse sentido ressaltamos a importância que tem a educação nesse período, especialmente após a proclamação da República. É dela o papel de disseminar a ideologia do trabalho, do progresso, ou seja, os ideais da república, devendo auxiliar na formação desse novo homem que deveria surgir. Por meio das escolas se poderia complementar a ação civilizatória a partir da “*educação*

²¹ FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000 p.35.

pele e para o trabalho". Conforme nos mostra Faria Filho, essa entre outras, era uma das inúmeras temáticas sociais que iriam "invadir a escola no momento em que ela passa a ser freqüentada pelas crianças mais pobres, passando a figurar, a partir de então, com grande centralidade nas representações escolares"²³.

Nesse contexto, a escolarização passa a ser algo fundamental na vida dessa nova sociedade que se queria construir a partir da República, pois o sonho desta era de expandir a instrução a todo povo brasileiro e, através dela, formar o cidadão moral e civicamente, de modo que este pudesse estar apto a colaborar com o crescimento da Nação. Percebe-se também, que se tinha que enterrar os antigos costumes, a sociedade brasileira teria que sofrer modificações no âmbito econômico, social, político e também cultural. Principalmente no que diz respeito a essa última característica, o modelo de família fundada nos valores burgueses inspirava uma outra forma de comportamento. Tinha-se que romper com antigos padrões comportamentais, hábitos tradicionais herdados do Império, no qual a propriedade territorial e a mão de obra escrava constituíam os parâmetros articuladores da vida social.

Nessa perspectiva havia toda uma rede de relações de caráter paternalista que culminava em um padrão comportamental baseado em redes de "solidariedade" entre coronéis e empregados. No entanto, apesar de todo esse aparato ideológico, exemplos de conservadorismo, presente no interior da família patriarcal, pudemos visualizar que ela não conseguiu realizar a sua função de formadora de caráter de indivíduos moralizados. "*A promiscuidade, a instabilidade das relações sexuais* [pois sabe-se que a família patriarcal, apesar de se pregar monogâmica formalmente, era de fato poligâmica] *fizeram da Casa-Grande uma escola de vícios*"²⁴. E, portanto, com a república que simbolizava a modernidade, toda essa situação de atraso deveria ser superada, a sociedade precisava urgentemente ser reeducada para não só enfrentar todas essas transformações que estavam ocorrendo, mas principalmente para auxiliar no progresso dessa nova nação que estava se constituindo. E isso só seria alcançado se retirasse da população toda aquela marca negativa que a escravidão imprimiu na formação do trabalhador brasileiro. Havia a necessidade de se resgatar a figura do trabalhador que sempre fora desprezado e ultrajado no antigo regime. Nessa conjuntura,

²² CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 69.

²³ FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. p.178.

²⁴ COLBARI, Antonia L. **Ética do Trabalho**. São Paulo: Editora Letras & Letras/ UFES, 1995, p.27.

o conceito de trabalho carregava em si toda uma marca de inferioridade social, já que a crença era a de que o trabalhador era ignorante, preguiçoso, vadio, e, portanto, desclassificado para o trabalho. A ordem escravista agravou e contaminou de forma negativa todas as relações de trabalho, pois nesse regime era quase impossível encontrar uma valorização do trabalho; até mesmo o homem livre e pobre procurou se manter afastado das atividades que eram realizadas por escravos. O fim do regime escravocrata, como já abordamos anteriormente, deu origem a um vasto contingente de pessoas livres sem ocupação definida e, que, mais tarde, carregariam a pecha de vadios e incapazes para o trabalho.

Diante de todas essas avaliações negativas em torno do trabalho e do trabalhador brasileiro, era necessário que se criasse uma ideologia positiva do trabalho, pois “*o resgate do valor do trabalho na constituição da vida social, na direção do progresso e da civilidade, significava a elevação social e moral da figura do trabalhador e o reconhecimento de sua identidade social*”²⁵. A partir dessa nova roupagem do trabalho e do trabalhador a elite burguesa visa fabricar indivíduos produtivos e submissos. Daí o motivo de se ter incentivado tanto a educação dos trabalhadores e crianças pobres, visando formar seres disciplinados e adaptados à noção de trabalho (de uma forma agora extremamente positiva) de modo que não ameaçassem a ordem social.

No entanto, não podemos esquecer que além de toda uma ideologia construída em torno do trabalho, ou seja, de um novo modelo de trabalhador, havia também a questão disciplinar que se configurava em diversos aspectos. Entre eles, falaremos mais detalhadamente do papel da educação, pois não se pode esquecer que esta era incentivada com o objetivo de favorecer a dominação, através dela as crianças adquiriam o amor ao trabalho, a noção de ordem e desordem, ajudando na formação de uma nova figura de trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo.

Portanto, “*a estratégia disciplinar utilizada no começo do século nas escolas privadas e instituições disciplinares da infância era punitiva e violenta*”²⁶. Violenta não só no aspecto moral mas sobretudo físico, pois inicialmente nas escolas o castigo era quase sempre corporal sendo mais tarde substituído por outras formas de punição, como a humilhação e a exclusão, segundo análise de Margareth Rago . A educação e a própria noção que ela traz, especialmente de uma nova concepção de trabalho, é vista

²⁵ *ibid.* p.36.

²⁶ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985, p.140.

pela elite burguesa, como uma espécie de “caridade”, ou seja, como uma maneira de livrar essa população chamada de “desocupada”, do mundo da ociosidade e da vadiagem, que se encontrava nas ruas e nos botequins. Nessa concepção, *“os pobres, segundo o imaginário social, eram figuras culpadas porque se recusavam a pertencer ao mundo da produção, colocando-se à margem da sociedade; por isso deveriam ser reintegradas a todo custo”*²⁷. Percebe-se claramente nessa citação que o discurso disseminado pela elite com relação à educação era altamente tendencioso, na maneira com que tentava ocultar o verdadeiro sentido dessa educação, que era o de manipular, moldar sistematicamente a população. Era preciso promover a todo custo o progresso e para isso era fundamental que o trabalhador fosse moldado segundo os valores burgueses, tornando-o produtivo, detentor de hábitos regulares, favorecendo, com isso, a obediência servil às imposições do capital.

E para que tudo isso ocorresse, para que o trabalhador se encontrasse afastado dos jogos, da bebida, da vadiagem, teria que haver uma redefinição das relações familiares, na qual a mulher passa a ter uma importância significativa na vida do marido. Cabendo a ela, dentre as inúmeras tarefas que realiza no lar, impedir que o marido freqüente bares e que se embebede, pois o lar e a família deveriam representar um exemplo de moralidade a ser seguido. Nesse contexto, todos tinham seus deveres, à mulher, como já foi mencionado anteriormente, cabia o dever de zelar pela ordem de sua família, ao educador cabia incutir nas crianças os valores da obediência e respeito, enfim, práticas essas adotadas na tentativa de evitar as práticas de imoralidades. A rua era vista como *“a grande escola do mal”, espaço onde se gerariam os futuros delinqüentes e criminosos irrecuperáveis*²⁸. Portanto, esse era um verdadeiro espaço de guerras, que contava com todo um aparato policial para combater os chamados “vadios” e “desordeiros”, pecha atribuída à classe trabalhadora pelas autoridades policiais. Percebemos, ao realizar o estudo dessa época, que havia todo um controle social da classe trabalhadora, controle este, que englobava todas as esferas da vida, do cotidiano dos trabalhadores. Como podemos observar no trecho a seguir:

“O controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço na situação de trabalho até o problema da normatização das relações pessoais ou familiares

²⁷ Ibid. p.139.

²⁸ Ibid. p. 121.

dos trabalhadores, passando também pela vigilância contínua do botequim e da rua, espaços consagrados ao lazer popular”²⁹.

Pudemos ver que há toda uma maneira de controlar, vigiar e impor padrões e regras para moldar a classe trabalhadora a esse novo regime que estava sendo implantado. Inúmeras estratégias visando a disciplinarização do trabalhador foram desenvolvidas objetivando formar uma nova figura que fosse tão moralizada quanto produtiva. Pode-se observar que, o trabalho é constantemente relacionado à questão da moralidade, pois quanto mais dedicado o indivíduo fosse em seu trabalho maiores eram os seus atributos morais. A ociosidade e a vadiagem, nesse aspecto, são incompatíveis com a nova roupagem atribuída ao trabalho, enquanto a esse é dada a característica de valor supremo, de um bem, as outras são vistas e tidas como uma ameaça constante à ordem. Parafraseando Chalhoub, o indivíduo ocioso e vadio é aquele que se nega a possuir um trabalho honesto, encontrando-se à margem da sociedade. E isso deveria ser rapidamente combatido:

*“dívida para com a sociedade, mas também porque o ocioso é um pervertido, “não só porque negando-se ao trabalho o indivíduo deixa de pagar sua um viciado que representa uma ameaça à moral e aos bons costumes”*³⁰.

Com relação ainda a essa questão, havia um debate sobre o projeto de repressão à ociosidade sendo discutido e analisado pelos parlamentares, que assim se expressavam:

“O projeto [...] revela a intenção de orientar espíritos transviados, corrigir disposições viciosas, antes que punir criminosos. Se o legislador tem o imprescindível dever de consagrar no direito positivo prescrições tendentes à repressão dos crimes que atentam à ordem social, não lhe é lícito

²⁹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: : o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 51.

³⁰ Ibid. p .74.

*desconhecer que esses atos derivam-se, o mais das vezes, do relaxamento ou da depravação dos costumes, tendo geralmente como causa geradora a ociosidade*³¹.

Esse discurso disseminado pelos parlamentares apresenta uma característica tanto educacional quanto econômica. Educacional no sentido de difundir entre as classes populares valores morais, e econômica por apresentar uma justificativa ideológica para o trabalho, estabelecendo a obrigatoriedade deste como condição de se superar a ociosidade, que, representava para as elites o grande entrave para o progresso. O universo ideológico das elites dominantes encontrava-se dividido entre o mundo do trabalho de um lado e o do crime de outro. Segundo as classes dominantes o indivíduo que não trabalha e que se vê no mundo da ociosidade é um indivíduo que está condenado a cometer vários crimes, isto é, a vadiagem é vista como *um ato preparatório do crime, daí a necessidade de sua repressão*³². A partir disso cria-se uma idéia de que o indivíduo que se encontra bem integrado na hierarquia social é sempre mais dedicado ao trabalho e conseqüentemente mais ordeiro e moralizado do que aquele que trabalha pouco e se entrega à depravação moral e na desordem que representa a rua e seus lugares de lazer (botequins etc).

No entanto, é preciso que se atente para o fato de que o indivíduo muitas vezes não era ocioso porque desejava, ainda que, em alguns casos, a negação ao trabalho representasse uma forma de resistência a todos os tipos de violência que o trabalhador vinha sofrendo desde a escravidão. A falta de oportunidade de trabalho, e a própria imagem negativa (de vadios, preguiçosos) que acompanhava o trabalhador brasileiro é que em grande parte favorecia a ociosidade. Com o desenvolver dos trabalhos e leituras pude observar que as pessoas que se encontravam na situação de miséria nem sempre se dispunham a trabalhar em alguns lugares, por não terem ainda interiorizado a noção de “disciplina” imposta pelos empregadores, ou seja, não se encontravam dispostos a dedicarem longas horas de seu dia a tarefas que consideravam cansativas e sem significado para em troca receberem um mísero salário. Dessa maneira, optavam em grande parte das vezes em trabalhar menos, em vez de ganhar mais.

³¹ *Anais da Câmara dos Deputados, 1888, vol.3, pp.229-41. In: CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p.75.*

³² *Ibid.p.75.*

Um aspecto interessante a se analisar é a relação estabelecida entre a ociosidade e a pobreza. Atribuía-se às classes pobres a tendência à ociosidade, como também a imagem de “classes perigosas”, pessoas cheias de vícios e menos moralizadas. Podemos então perceber que, para justificar a existência social desta classe miserável, a sociedade burguesa forja um discurso, no qual este estado de miserabilidade a que uma considerável parcela da população está sujeita é atribuído a uma suposta prática de vadiagem, de preguiça e de imoralidade. Deste modo percebemos que muitos mitos como a “preguiça” do brasileiro, a pecha de “vadios” entre outros, foram criados pela própria elite dominante para justificar a dominação exercida sobre as classes populares. Neste sentido, através de Thompson é possível identificar essas práticas no passado quando ele afirma que:

“É demasiado fácil, entretanto, ver esse problema apenas como uma questão de disciplina na fábrica ou na oficina, e podemos examinar rapidamente a tentativa de se impor o ‘uso econômico do tempo’ nos distritos manufatureiros domésticos, bem como o choque dessas medidas com a vida social e doméstica. Quase tudo o que os mestres queriam ver imposto pode ser encontrado nos limites de um único folheto, Friendly advice to the poor (conselho amigável dos pobres), do ver.. J. Clayton, ‘escrito e publicado a pedido dos antigos e atuais funcionários da cidade de Manchester’ em 1755. ‘Se o preguiçoso esconde as mãos no colo, em vez de aplica-la ao trabalho; se ele gasta o seu tempo em passeios, prejudica a sua constituição pela preguiça, e entorpece o seu espírito pela indolência (...)’, então ele só pode esperar a pobreza como recompensa. O trabalhador não deve flandar na praça do mercado, nem perder tempo fazendo compras. (...)”³³.

Sendo assim, percebemos claramente que esses discursos se destinam a uma parcela social despojada, em todos os sentidos, até mesmo em sua dignidade. A partir deles, notamos a existência de todo um preconceito com relação às camadas inferiores

³³ THOMPSON, E. P. *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial. Costumes em Comum – Estudo sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 291-292.

da sociedade. Contudo, não só a historiografia corrobora essa imagem, pois também encontraremos esses tipos de discursos entre os principais setores da sociedade uberabinhense. Veremos que as elites se empenham cada vez mais no sentido de escamotear essa pobreza, chegando até mesmo a justificá-la pelo viés da indolência, a repressão sempre se evidenciou pela sua violência e não raras as vezes em que a presença de autoridades policiais era reclamada para resolver questões relacionadas à mendicância. Tudo isso será explicado mais detalhadamente e analisado no capítulo dois, no qual estudaremos mais a miúdo como Uberabinha compartilhava desses mesmos ideais republicanos, visando concretizar o progresso da cidade.

CAPÍTULO II

TRABALHO E EDUCAÇÃO NA LEGISLAÇÃO DE UBERABINHA

Neste capítulo procuraremos mostrar mais detalhadamente como Uberabinha (Uberlândia a partir de 1929) também incorporava os ideais republicanos, disseminando entre a população a bandeira do progresso e da ordem. Relataremos através de análise de alguns documentos, entre eles, as atas da Câmara Municipal no período de 1891 a 1906 e também alguns artigos de jornais da época (principalmente “O Progresso”, primeiro jornal com publicação continuada, que aparece na cidade em 1907), a preocupação moralista e higienista presente na elite uberabinhense. A razão disto é que existia uma certa crença na “inferioridade” do homem brasileiro, como já vimos no capítulo anterior, tanto em termos físicos quanto morais. Daí a necessidade de se “construir” um novo homem para dar sustentação à nova sociedade que se procurava moldar, baseada na ordem e no progresso. Tudo isso será explicado com maior detalhamento e analisado no decorrer do capítulo.

Em Uberabinha, também encontraremos todo um debate sobre a educação manifestando-se de diversas maneiras. A formação do município é quase simultânea à proclamação da República, apenas antecedendo-lhe em um ano. Trata-se, portanto, do que poderíamos chamar de uma “autêntica” cidade republicana. Percebemos tomando contato com alguns artigos de jornais relativos à instrução que, educação e progresso estão intimamente ligados, pois sem a educação não poderia haver crescimento, o qual também não se alcançaria se não fosse por meio do trabalho.

Começamos, então, a identificar várias séries de documentações (que posteriormente serão mais aprofundadas) que nos permitiram não só compreender melhor as diversas práticas discursivas existentes neste período mas também recuperar relações, conflitos de poder, a ideologia dominante, enfim, as principais representações existentes na cidade de Uberabinha. Ao lado das questões políticas, econômicas, culturais ou meramente “sociais”, os problemas relacionados à educação recebem, ao longo de todo o período pesquisado, destaque especial nessa documentação. Referimo-nos principalmente às atas da Câmara Municipal de Uberabinha e ao jornal O Progresso.

A partir de um primeiro contato com as atas pudemos observar, além de todo um discurso relativo à educação, uma preocupação com as condições higiênicas e a ordem social, contra a vadiagem e os distúrbios sociais na cidade.

As quatro primeiras leis aprovadas no município de São Pedro de Uberabinha, no ano de 1892, foram referentes à educação, o que pode demonstrar como a cidade

estaria realmente muito envolvida pelos ideais republicanos de redenção e de busca do progresso pela educação.

“Art. 1º. Ficão os districtos do município dividido em quatro zonas cada um, nas quaes se criarão escollas municipais de instrucção primaria de ambos os sexos, mantida a custa do cofre municipal.

§ Unico. Em cada zona serão mantidas duas escollas para ambos os sexos.

Art. 2º. Nas zonas a ondem não se reunirem numero legal de alunos, para cada escolla ficão estas convertidas em uma mista.

Art. 3º. [Aprovado por unanimidade, mas o texto do artigo não se encontra na ata. Em outro livro³⁴ podemos vê-lo:] ‘O agente executivo providenciará sobre a criação de predios onde devem funcionar as aulas que forem sendo criadas, despendendo nas forças do orçamento, as quantias necessarias com esse serviço’.

Art. 4º. Nas zonas a ondem existirem aulas particulares mantidas a inspenças de qualquer cidadão passarão ellas a serem municipais, mantidas e regidas segundo o regulamento municipal.

§ 1º. Estas disposições só se verificarão se assim convier aos cidadãos que mantiverem as aulas.

§ 2º. Nas escollas particulares em que os proprietarios offerecerem predios gratuitamente para nelles funcionar aulas municipais, serão de preferencia providos de professores”³⁵.

Também quanto à higiene o assunto é recorrente. No art. 5º indica-se que os terrenos expropriados para a construção de escolas estejam localizados em local saudável e com acesso a água. No art. 14º diz-se que nestas “cazas se observarão as

³⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE S. PEDRO DE UBERABINHA. **Leis, Decretos e Regulamentos Diversos**, Uberabinha, vol. 1, p. 1-B, referente à Lei nº 1 de Uberabinha.

³⁵ Ibid. p. 1B.

condições hygienicas recomendadas pela a sciencia”. Além disso, estipula-se as dimensões dos prédios escolares: 50 palmos (11,0 metros) por 36 palmos (7,92 metros).

Entre os atributos exigidos ao agente escolar estão a moralidade e a probidade, ficando sujeito a demissão a bem do serviço público nos casos de desídia e incúria. Sem contar que as normas que regem seu trabalho são rígidas, da mesma forma devendo proceder com relação aos professores e demais pessoas ligadas à instrução.

Por outro lado na sessão de 08/04/1892 observamos não só esse cuidado na escolha de professores, estabelecendo a nomeação de uma comissão para prova de capacidade intelectual do mesmo como também uma preocupação com as casas de instrução pública da cidade, no que diz respeito a quantidade de alunos por salas, como pode ser visto a seguir:

“(...) O Snr. Vereador Alves Pereira obtendo a palavra offerecio uma proposta, authorizando esta Câmara mandar abrir uma parede divizoria da каза de instrucção publica desta cidade, por não comportar as devididas numero de alumnos existentes e freqüentes posta à votos foi apoiada a mesma indicação e emmediatamente em discussão foi aprovada por unamidade, fazendo-se comunicação ao Agente executivo para os dividos effeitos. O mesmo Snr. Veriador Alves Pereira obetendo a palavra, apresentou uma proposta authorizando d’ Câmara dispensar a prova de capacidade inteletual do Professor minicipal Eduardo José Bernardes para invistimento do titulo de Professor effectivo a qual foi apoiada posta em discussão emmediatamente. O Snr. Vigário Dantas, obetendo a palavra reforçou a proposta, opinando porém que o mesmo professor exhiba as provas inscripta de capacidade inteletual que deve ser processada perante uma comissão nomiada pelo Prizidente”³⁶.

Através dessa discussão entendemos que havia uma preocupação com a questão higiênica no que diz respeito a quantidade de alunos por salas e também com a própria arquitetura da escola, esta teria que ser bem dividida proporcionando um maior controle da higienização. Com relação à nomeação de professor encontramos e destacamos mais

³⁶CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Ata da sessão realizada no dia 08 abr.1892. Uberlândia, livro 01,pp. 42b –44b.

uma forma de controle na medida em que se exige não só a capacidade intelectual do professor mas sobretudo o mesmo tem que apresentar princípios de moralidade. Embora não esteja explícito nesta sessão, percebemos, tomando contato com várias documentações que, na verdade, a preocupação girava em torno não só de oferecer instrução à população mas principalmente de moldá-la afastando-a da vadiagem e ociosidade e inserindo-a nos moldes do trabalho. De maneira em que esta se encontrasse apta a colaborar com o engrandecimento da nação e conseqüentemente da cidade.

Ainda no âmbito da educação destacamos, em 20/04/1892, a discussão da lei de instrução pública envolvendo no contexto desta, diversas questões sociais. Entre as quais: o incentivo da Câmara na construção de escolas para a cidade, as quais deveriam se encontrar em locais com condições de higiene adequadas e perto de rego d'água. Nesta sessão a Câmara incentiva os cidadãos a colaborarem com o crescimento da cidade, através da doação de terrenos para construções das escolas e em troca seriam beneficiados com isenção de impostos. Apresentamos abaixo a transcrição de alguns trechos desta sessão:

“(...) Art. 5º- 1º, A Câmara Municipal sempre que for necessario, desapropriará pelos canais ordinários o terreno de com cem metros em quadra para construções de prédios destinados as escollas no pirimitto de cada zona. Sempre que se proceder desapropriação para este fim, será escolhido local saudável e com mananciaes d’ondem derivem uma penna de água para uso ordinário da escolla (...);
2º, em discussão o Snr. Vereador Teixeira disse que aprovando as despozições do parágrafo entende que as cazas destinadas as escollas deverão ter as dimenções e condições hygienicas adoptada pela Câmara e se compromete ao offerecer nesse sentido um adictivo. O Snr. presidente mandou a seguinte emmenda: 2º Os proprietarios que fizerem a duação ao município de terreno e caza construidas segundo as dispozições desta lei, ficão izentos de todos os empostos municipaes por 25 annos, por morte do aduador passará o direito de izenção a seus herdeiros que entre ci dividirão as vantagens rezultantes do mesmo direito”³⁷.

³⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. **Ata da sessão realizada no dia 20 de abr. 1892.** Uberlândia, livro 01, pp. 54a-58a.

Voltando para a análise da Lei nº1 também encontraremos questões relacionadas ao mérito educacional, propondo-se como prêmio às pessoas que se destacarem nesta área, “diplomas honoríficos, medalhas comemorativas de acto de benemerencia e inzenção de impostos”³⁸. Estimula-se, portanto, não apenas os princípios morais, mas também se procura premiar estas atitudes.

2.1 Ordem social e Higienização em Uberabinha

Estas discussões - assim como outras - relacionam-se a temáticas maiores, educação e reorganização social, que perpassavam a sociedade brasileira (e mineira) do início do período republicano. No século XIX encontraremos uma acentuada preocupação com as práticas higiênicas, tanto envolvendo questões de saúde pública, como de “limpeza social”. Há uma aproximação da medicina tanto no que se refere à reorganização da escola, como da família e da sociedade. Desta forma,

“inúmeros aspectos da organização escolar foram constituídos em objeto de atenção do saber médico, como foi assinalado, dentre os quais foi dado destaque à arquitetura, ao corpo e à leitura. Esse movimento, rumo a uma remodelação da escola, tinha no horizonte a utopia de produzir uma sociedade escolarizada, regenerada e homogênea. Uma escola e uma sociedade higienizada”³⁹.

Esta preocupação com questões higiênicas e morais, principalmente em termos sociais, também será encontrada em Uberabinha em outras discussões da Câmara, e não apenas nesta lei n. 1, sobre a instrução. Numa rápida incursão em período próximo ou pouco posterior ao da edição da referida lei, encontramos diversas moções relativas a essa

³⁸ CAMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. **Leis, Decretos e Regulamentos Diversos**, Uberabinha, 1892. LIVRO 01, p. 1-B, referente à Lei n. 1 de Uberabinha .

³⁹ GONDRA, José G. “*Medicina, Higiene e Educação Escolar*”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 544. Sobre a questão da influência da medicina sobre o ambiente familiar, principalmente sobre o papel da mãe, cf., por ex., DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980. Sobre questões relacionadas à criança (e também sua relação com a escola) na sociedade brasileira, cf., entre outros, FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

temática e que demonstram a atualidade da elite uberabinhense com relação às temáticas nacionais e estaduais.

Relacionado à questão do aprimoramento urbano, em termos de controle das condições higiênicas na cidade, encontramos algumas passagens que atestam esta preocupação: em 12/04/1892 vota-se pela extinção das “*sevas de chiqueiros*” na cidade⁴⁰; em 19/12/1905, encontramos a seguinte posição de um vereador: “*1º Proponho que se proíba terminantemente a criação ou conservação de gado vacum cavallar, muar, caprino ou lanígero no patrimonio da cidade...*”⁴¹.

Destacamos ainda algumas passagens mostrando a preocupação com a ordem social e higienização da cidade no que diz respeito ao rego da servidão e também com relação a denominação de ruas e praças de Uberabinha. Em 20/03/1891 encontramos uma discussão a respeito do cuidado e conservação do rego da servidão. Como pode ser visto a seguir:

*“O snr. Teixeira pedindo e obtendo a palavra propos que se poszesse em hasta publica os serviços de limpeza e conservação do rego da servidão publica incluzive a caixa da nassente d’agua e as derivações que forem arrematadas pelos os proprietarios e enquilinos do patrimonio devendo arematacao ser feita perante o Prezidente deste Conselho, precedendo editaes convocando concorrentes que milhores vantagem offerecam, não só quanto apresço como tambem outras circunstancias exigidas pelo o Codigo de postura, em discussão foi aprovada”*⁴².

Observamos através dessa citação como as elites se preocupavam com a organização social da cidade. Prática esta, reforçada no Código de Postura da Câmara, o qual não foi necessário discriminar neste trabalho pelo mesmo já se encontrar implícito nas discussões das sessões da Câmara.

⁴⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da sessão realizada no dia 12 de abr.1892.* Uberabinha, vol. 25, p. 49B.

⁴¹ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da sessão realizada no dia 19 de dez. 1892.* Uberabinha, vol.30, p. 23.

⁴² CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da sessão realizada no dia 20 de mar.1891.* Uberabinha, vol 01, pp. 9B-11A.

Ainda nesta sessão de 20/03/1891 destacamos uma outra passagem com relação à preocupação das elites no que diz respeito à organização espacial da cidade, definindo-se a denominação de ruas e praças de Uberabinha. Como pode ser visto a seguir:

“O mesmo snr propos que sendo declinavel necessidade a dominação de ruas e praças desta villa e a numeração das cazas, que offerecia a seguinte indicação de denominações das praças e ruas. A praça que seacha a matris se dominará largo da Matris; A praça a onde existe a Igreja do Rozario se dominaraa largo do Rozario. Aqui segui do largo da Matris adeterminar em uma rua se dominará de 15 de Novembro”⁴³.

Podem ser verificadas, ainda, várias passagens de preocupação com a ordem social, contra a vadiagem e os distúrbios sociais, como pode ser visto nos seguintes exemplos: em 21/04/1892, um vereador faz pedido de ofício ao presidente do Estado, solicitando um destacamento policial na cidade, “a fim de se manter a ordem e reprimir a vadiagem”⁴⁴; em 23/04/1892 é aprovada por unanimidade de votos uma proposta, “autorizando ao agente executivo desta comarca officiasse ao Smº. Promotor público e mais autoridades local, pedindo que se fassa effectiva as disposições do Art.399 do Código Penal, contra os indivíduos que não se mostrarem empregados, ou tiverem profissão ou officio pelo qual ganhe honradamente a vida”⁴⁵.

Referente, ainda, a essa questão da vadiagem salientamos o interesse das elites uberabinhenses na formação de cidadãos trabalhadores e na repressão daquela. O objetivo das elites estava na tentativa de extirpar da cidade toda e qualquer situação que não visasse a ordem e o progresso da cidade. Atrelado a isso destacamos a preocupação ainda com a educação, principalmente na instrução da “classe pobre”, a qual, segundo as elites, deveria ser devidamente controlada por apresentar uma certa predisposição à vadiagem e ociosidade. Como pode ser visto a seguir:

⁴³ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da sessão realizada no dia 20 de mar. 1891.* Uberabinha, vol. 01, p. 11A.

⁴⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da sessão realizada no dia 21 de abr. 1892.* Uberabinha, vol 25, p.49-B

⁴⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da sessão realizada no dia 23 de abr. 1892.* Uberabinha, vol,25, p. 63B.

“(...) Terá inspeção emmediata sobre o procedimento profissional dos professores, verificando-se se cumpre elles o regulamento escollar e mais despozições legaes. 4º Remeterá o presidente da Câmara lista dos pais de familia que se recuzarem remetter seos filhos pupilos, ou dependente a escolla se estes estiverem se estes estiverem nos cazos prescriptos pela lei. Art. 4º Logo que comesem funcionar qualquer escolla municipal, o responçavel pela a educação da infância remeterão todos os meninos que estiverem sobre sua gerencia, sob pena de pagarem a Câmara para o fundo escollar a quantia de trinta mil reis na reincidencia secenta mil reis. Único. O agente escollar logo que tenha certeza que algum menino não freqüenta a escolla, intimará o responçavel pela a educação para no prazo de secenta dias o matricular em qualquer das escollas das zonas literárias sob as penas cominadas dezobediencia. Art. 8º A Câmara fornecerá aos alumnos pobres, livros, papel, pena, tinta, necessário ao ensino(...); Art. 12º (...) o agente fará vizita as escollas a menos uma ves por mes, fazendo manter todos os preceitos de moraridade e hygiene e as prescrições desta lei(...)”⁴⁶.

Podemos visualizar que o tema Educação quase sempre esteve ligado à dinâmica dos projetos políticos e econômicos da sociedade uberabinhense, pois uma cidade que se denomina progressista também presume um controle no que diz respeito à disciplina e à ordem. Por meio da educação, buscava-se moldar a população para, com isso, buscar uma melhor adequação da mesma às condições de dominação.

Ainda nesse tema, destacamos a importância que as elites uberabinhenses davam à instrução. Em 07/03/1891 tem-se a discussão a respeito da autorização por parte da Câmara provendo interinamente aula primária do sexo masculino, como veremos no trecho a seguir:

⁴⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. **Leis, Decretos, Regulamentos, da Camara Municipal de S. Pedro de Uberabinha, referente ao ano de 1892 Ata da Câmara**, Uberabinha, livro 01, pp. 58a-61a. Nesta mesma ata existem outros artigos que versam sobre a questão higiênica e estrutural da escola.

“Tomando a palavra o Snr. Arlindo Teixeira leu e mandou a meza uma proposta authorizando a Câmara a prover interinamente a aula primaria do sexo masculino desta cidade (...); posta em discussão foi aprovada”⁴⁷.

Especialmente na análise das Atas da Câmara Municipal entre os anos de 1891 e 1906 encontraremos uma série de exemplos a respeito da instrução para a população, tais como: em 16/06/1892 tem-se presente a aprovação do regulamento escolar para as aulas noturnas do município; em 17/06/1892 a elevação dos ordenados dos professores rurais; estabelecimento de divisas, zonas literárias e indicação de nomes de pessoas consideradas idôneas para o cargo de agentes escolares (cargo este de extrema importância no controle das escolas e professores); em 14/07/1892 a discussão gira em torno de um ofício da Inspeção de Instrução nomeando professor estadual para escola de instrução primária, acha-se ainda, um requerimento de moradores do bairro Rio das Pedras pedindo escola municipal.

E ainda em 18/06/1892, quando se trata da lei nº 2 que trata do regulamento escolar, pudemos observar preocupações não só com a questão higiênica, no que diz respeito às salas de aulas, mas também registros das obrigações dos professores para com os alunos, sistema disciplinar e demais assuntos referentes a educação.

“(...) Art.18 - São condições para a matricula:

Idade de seis annos no mínimo e diseseis no maximo;

Ter sido vaccinado salvo falta de vacinição; Não soffrer de moléstia contagiosa ou repugnante.

Art.21 – Incumbe ao professor:

1º - Dar aos alumnos, pela sua conducta, constantes exemplos de moralidade e de applicação, solícito em dar-lhes bons conselhos e inspirar-lhes os sentimentos de honra, de amor à pátria e respeito às leis.

⁴⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da sessão realizada no dia 07 de mar. 1891.* Uberabinha, vol. 01, pp.39A – 41A.

3º - Explicar uma vez por semana a forma do governo republicano, direitos políticos e deveres aos Cidadãos, fazendo-los ler trechos da Constituição da Republica Brasileira e Estadual e explicando-os.

Art.28 – O ensino nas escolas municipaes constara:

1º - Instrucção moral e civica;

2º - Leituras e escripta;

3º - Noções de gramática portuguesa;

4º - Principios elementares de arithmetica ata fracções incluzive o systema metrico;

5º - Noções de Historia do Brazil;

6º - Noções de geographia geral e geographia do Brazil;

7º - Noções de religião adoptada pela Diocese de Goyas;

Art.48 – O professor diariamente passará revista de ação aos alumnos e obrigar-os-á a lavrarem as mãos e o rosto, quando não hajam feito”⁴⁸.

Pode ser visto a partir desses artigos da lei nº2 (que dispõe sobre o regulamento escolar) princípios de moralidade e restrições a determinadas condutas tanto disciplinares quanto de higienização. Outro aspecto recorrente é que além disso havia também disciplinas específicas sobre as questões moral, cívicas e religiosas. Contribuindo para a formação dos alunos nos moldes republicanos.

Tudo isso denota o cuidado e a preocupação das elites uberabinhenses com relação à educação e a formação disciplinar de professores e alunos no universo escolar.

Na ata da sessão de 06/09/1892, além de discussões do orçamento do ano de 1893, incluindo receita/despesa, prevendo gastos com abastecimento de água, limpeza das ruas, prevê ainda a criação e manutenção de escolas e receita da taxa escolar.

⁴⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. **Ata da sessão realizada no dia 18 de jun. 1892.**

Uberabinha. Também nesta sessão pode ser visto aspectos higiênicos no que diz respeito a localização das escolas encontra-se ainda regulamentos, diretrizes e posturas que deveriam ser seguidas tanto por professores quanto por alunos.

Já com relação à ordem social, a estrutura urbana da cidade e também da própria higienização da cidade citaremos algumas atas referentes aos mesmos anos que apresentam esses tipos de preocupações. Em 13/01/1893 encontramos uma discussão a respeito do imposto cobrado aos mascates em comparação com os comerciantes estabelecidos. Nela os comerciantes reclamam da diferença de imposto, pois segundo eles, os mascates pagavam menos imposto que eles. Observa-se que começam a se destacar os primeiros comerciantes da cidade na defesa dos seus possíveis direitos e uma rivalidade com os mascates, os comerciantes de fora.

Em 14/01/1893 temos além de discussões sobre verbas escolares um exemplo claro do movimento de organização da cidade. Nesta sessão busca-se a construção do fórum, a escolha do local apropriado para o matadouro público (objetivando retirar animais das ruas, visando uma maior higienização da mesma), orçamento do mercado, canalização da água potável (através da construção de 10 chafarizes em pontos diversos da cidade) e ainda aprova-se parecer sobre o aumento de impostos para os mascates, atendendo reivindicações dos comerciantes locais.

As sessões de 19/01/1893, 11/03/1893, 27/04/1893, 26/01/1894, 28/03/1894 e 27/09/1894 ressaltam, dentre outros assuntos, o desenvolvimento da cidade e os anseios das elites uberabinhenses na busca constante do engrandecimento e progresso da mesma. Destacaremos com alguns detalhes as discussões e realizações presentes em cada uma delas.

Em 19/01/1893 tem-se a discussão/aprovação do projeto referente aos impostos dos mascates, nele, estão contidos os direitos e obrigações dos mesmos para com o município bem como são apresentadas as emendas punitivas para aqueles que não cumprirem o que rege o regulamento. Citaremos a seguir algumas passagens do projeto:

“(...) Finda a hora da 1ª parte o Snr. presidente declarou que se ia passar a 2ª parte da ordem do dia e logo depois apresentou para 2ª discussão o projecto de lei, sobre o imposto que devem pagar os mascates, durante a discussão, o Snr. vereador Lellis França pediu a palavra e apresentou uma emenda ao projecto a qual é do teor seguinte: emenda – Art. 1º Cada mascate ambulante que vender seus gêneros no município, pagará de imposto cento e cincoenta mil reis, por cada caixa carimbada contendo gêneros de qualquer espécie.

Art. 2º - Os mascates que venderem artigos em caixas não carimbadas pagarão alem do imposto acima mais cincoenta mil reis de multa por cada caixa alem do imposto seja o não tiver pago(...)"⁴⁹.

Em 11/03/1893 encontramos um ofício da Mogiana aceitando a oferta da Câmara apresentando planta da estação, demarcando o local. Com isso, com a perspectiva de implantação da estação de trem Mogiana na cidade, impõe-se a certeza do aumento no comércio da cidade, na medida que será ampliada à circulação de mercadorias. Esse é um significativo exemplo da preocupação das elites com o progresso da cidade.

Em 27/04/1893 encontra-se um interessante discurso com relação ao progresso, higiene etc. Como podemos ver nos trechos abaixo:

“(...) Junta de hygiene a respectiva licença para estabelecer com pharmacia nesta cidade de São Pedro do Uberabinha, precisa que atesteis ao pé desta de modo que faça fé se há, ha ou não necessidade de mais uma pharmacia alem das existentes, pata attender as exigencias da população existente; - e igualmente qual tem sido sua conducta moral; (...) A Câmara Municipal attesta que em vista da progressão crescente da população desta cidade, já não são sufficientes as duas pharmacias a que existentes, para soccorrer com promptidão as necessidades publicas, e que a conducta do petitionário tem sido boa, é consciencioso, bom filho, bom pai de familia, em fim, que a sua conducta moral é e tem sido ireprehensivel (...) Sois testemunhas presenciais dos esforços que hei empregado de accordo com vosco para encaminhar e impulsionar o progresso da Comarca, já ampliando, no grande desideratum do desenvolvimento da instrucção publica tão atrophizada e atrasada, já no serviço da hygiene publica que conseguiu debelar e evitar o accommetimento de mortíferas molestias indemicas que annualmente tantas victimas faziam e

⁴⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. **Ata da sessão realizada no dia 19 de jan. 1893.** Uberabinha, vol. 01 pp. 101a – 103a.

já finalmente no desenvolvimento dos serviços municipaes – em qualquer de seus ramos;

(...) Não é menos certo também a maneira leal e prudente com que (ilegível) esta Câmara quando tinha de corresponder-se com os altos poderes do Estado, ou da Nação, buscando sempre firmar seus passos no terreno sólido da verdade e da honra. Empenhada a Câmara em elevar o nome e os foros desta prospera cidade, bem digna de melhor sorte, buscava sempre digo buscou sempre conseguindo governos, todos os elementos de engrandecimento e independência, propondo importantes medidas, attinentes a diversos serviços de máxima importância para comarca – Entre esses serviços cogitou e conseguiu a criação do Commando superior da guarda Nacional, com intentos de collocar-nos em independência do Commando da vizinha comarca de Uberaba onde nos (ilegível) ainda ligados por esse lado (...) No intuito patriótico e não compreendido, pelos ambiciosos vulgares, de conseguir-se a nomeação dos officiaes superiores e inferiores do commando de accordo com a opinião publica e aspiração geral... ”⁵⁰.

Julgamos importante transcrever na íntegra toda essa ata não só para observarmos o interessante discurso com relação ao progresso e higiene, mas, sobretudo, para mostrar a rivalidade existente entre Uberabinha e Uberaba nesta época. Observamos que Uberaba inicialmente apresentava-se com bastante avanço em relação a Uberabinha, tudo indicando, mesmo que isso não se encontre registrado nessa documentação, que Uberaba estava à frente de Uberabinha em várias questões, daí a luta para conseguir uma certa independência daquela. Para uma cidade que se considerava progressista, laboriosa e que caminhava na busca de um desenvolvimento urbano e social, ou seja, que se autodenominava avançada, não poderia jamais estar atrás de qualquer outra cidade da região, muito menos daquela da qual conseguira sua autonomia recentemente.

⁵⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. **Ata da sessão realizada no dia 27 de abr. 1893.** Uberabinha, vol. 01 pp. 108a –111a.

Continuando nossa descrição, em 26/01/1894 tem-se um projeto de impostos dos carros do município, descrevendo os veículos da época, como se vê a seguir:

“(...) O Senhor Vereador Jose Ignácio pediu á palavra, leu e mandou a mesa o projecto seguinte. A Câmara Municipal decreta – Art. 1º A taxa sobre carros no Município, será cobrada pela seguinte forma = Inc. 1º De cada carro (ilegível) de chapa de pião – 10\$ 000. Inc. 2º de cada carro (ilegível) com chapa de meio (ilegível) 8\$000 – Inc. 3º de cada carro (ilegível) de chapa – 6\$000. Inc.4º de cada carro ferrado digo desterrado – 4\$000 – Inc.5º de cada carretão – 2\$000 – Inc.6º de cabrito ou carneiro – 2000 - Inc. 7º de cada carroça, carroção ou outro qualquer vehiculo – 5\$000 – Art. 2º - Todo o fazendeiro que possuir mais de um carro fica isento do pagamento. Art3º - De cada um carro que entrar nesta cidade conduzindo gêneros de commercio – 2\$500 – Art.4º Revogão se as despozições em contrario”⁵¹.

Em 28/03/1894 tem-se a aprovação de um officio ao chefe de Polícia do Estado pedindo manutenção das autoridades policias na cidade, objetivando, com isso, obter um controle maior da população a fim de se reprimir a vadiagem.

E finalmente em 27/09/1894 encontra-se a proposta de orçamento para o ano de 1895, a qual prevê gastos com água potável, zelador do rego, alinhador, caminheiro, limpeza da cidade, festejos, imigração para a lavoura e ainda prevê gastos para a manutenção da instrução pública, subvenção a seis escolas particulares e prêmios para os seis melhores alunos das escolas municipais.

Todas essas discussões de despesas, progressos e encerramento da primeira legislatura de Uberabinha (triênio), podem ser mais bem averiguadas na ata de 31/12/1894, na qual encontraremos mais um interessante discurso progressista altamente republicano, numa espécie de elogio à autonomia municipal. Segue transcrição abaixo:

“(...) O Snr. Presidente declarou que sendo hoje o ultimo dia do triennio em que funcionou a actual Câmara Municipal, havia convocado os Snres. Vereadores, para o encerramento do seus trabalhos e competente remessa das contas e documentos referentes ao exercicio financeiro de 1894 que ora finda visto como até o exercicio de 1893 já haviam sido tomadas as contas pela respectiva assemblea Municipal, e que apresentava sobre a meza o livro de receita e despeza, cadastros de talões sobre impostos e documentos comprobatórios das despesas ordenadas e verificadas, pedindo reverentemente permissão a câmara para declarar o relatório de sua gerencia á próxima futura câmara municipal, instruil-o hia com um balancete addiccional no qual justificaria as dispesas feitas e mais actos de sua gerencia...O Snr. Prezidente, pôs a votos e foi unanememente votada e approvedo que fossem, as contas remetidas com os balancetes e mais peggas á câmara municipal futura. (...) O dia de hoje marca o ponto terminal do primeiro período legal da primeira legislação digo primeira câmara municipal desta cidade eleita sob o regimen constitucional da magna obra da lei de organização municipal. (...) D’entre todos os estados da União Republicana nenhum soube elevar tão alto o pedestal da autonomia municipal válvula aos grandes comettimentos do gênero humana”⁵².

Assim, por meio das atas citadas, pudemos obter um panorama geral das principais preocupações das elites uberabinhenses no que diz respeito a diversos aspectos, envolvendo não só a educação mas, principalmente, a ordem social, higienização, e comércio da cidade. Contudo, não se pode perder de vista que todas essas questões que foram relatadas e devidamente exemplificadas visam, segundo a documentação, ao progresso da cidade de acordo com a elite que, de certa forma, tenta

⁵¹ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da sessão realizada no dia 26 de jan. 1894.* Uberabinha, pp. 132b –134a.

constantemente moldar a população estabelecendo um conjunto de regras morais que sejam incorporadas pela população. Tem-se, entre as elites, o desejo da formação moral dos cidadãos, objetivando que se tornem trabalhadores obedientes, submissos à ordem capitalista e que acima de tudo colaborem para o engrandecimento da cidade, a qual sempre apresentou um discurso de uma cidade modelo, onde não existiam problemas sociais.

Discutiremos agora alguns trechos do primeiro regulamento da cidade que trata dos empregados municipais, destacando direitos e deveres de cada funcionário da municipalidade, ou seja, como está se formando a idéia de trabalhador. Por meio desse regulamento, podemos recuperar um pouco da trajetória dos primeiros empregados municipais da cidade, suas principais funções e obrigações para com a mesma.

Algumas questões relacionadas a higienização e ordem social da cidade podem ser observadas assim como os deveres de cada funcionário da Câmara. Falaremos rapidamente sobre a função de alguns deles.

Observamos, dentre as competências do 1º e 2º Fiscal, uma preocupação especial com relação a higienização da cidade como pode ser notada no Art. 10:

“Vellar e zelar pelo matadouro publico, comparecendo alli em todos os dias úteis, sempre que seja reclamada a sua presença, para o bom andamento dos serviços do matadouro.

1º -Promover e requisitar da Camara utensílios, instrumentos próprios para o serviço da matança do gado e limpeza do mesmo matadouro, propondo e executando as ordens sobre meio mais conveniente da hygiene no matadouro, de conformidade com o regimento interno do mesmo matadouro publico.

2º - Não consentir abatimento de gado e porcos, sem que seja primeiramente examinados por pessoa competentemente nomeada pela Camara.

3º - Não consentir abatimento de rês alguma porcos, sem receber primeiramente os impostos mencionados no regimen tributário, dando ao portador o respectivo conhecimento em

⁵² CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da sessão realizada no dia 31 de dez. 1894.* Uberabinha, vol. 01, pp. 166b –168b.

caderneta para esse fim destinado para com elle receber o respectivo talão do procurador, ou de quem suas vezes fizer”⁵³.

Ainda com relação a esse artigo, encontramos especificamente no 4º e 6º parágrafos um cuidado com a água potável da cidade, especialmente no que diz respeito à conservação desta, fato que configura mais um exemplo da preocupação das elites com a higienização da cidade:

“4º - Promover arrecadação dos impostos municipaes, dos correios volantes que, entrarem na cidade com destino a entregarem ou pegarem cargos, cortando-lhes o conhecimento da caderneta do nº antecedente, para com elle ser tirado o competente talão.

5º - Impor multas a todos infractores do código de posturas municipaes, procedendo amigavelmente em primeiro lugar, e em segundo lugar, judicialmente com a comunicação official ao Presidente e Agente executivo, ou quem suas vezes fizer.

6º - Fazer parte nos autos de contravenção de sua gestão conjuntamente com o procurador e duas testemunhas para fornecerem os devidos esclarecimentos no respectivo auto”⁵⁴.

Também no que diz respeito à função de alinhador percebemos a preocupação com o ordenamento da cidade, no entanto, observamos que este era mais voltada para organização urbana da mesma, como pode ser visto nos três primeiros parágrafos do Art.13º referentes às obrigações de alinhador. Destaque para o primeiro parágrafo em que se vê que uma das tarefas do alinhador era velar e zelar pelo alinhamento das ruas de maneira em que não se encontrem fora da planta da cidade:

“1º - Velar e zelar pelo alinhamento das casas de modo a não se tornarem fora das regras estatuídas nos estatutos municipaes e planta da cidade.

⁵³ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. **Livro de Leis decretos e regulamento do empregados municipais.** Uberabinha, 1898, pp. 35-37.

⁵⁴ Ibid, pp. 36-38.

2º - Informar ao presidente e agente executivo, qualquer alteração que seja necessário fazel-a, assim como daquelas que infringirem os preceitos dos estatutos municipaes, para lhes serem communicadas as penas em que incorrem.

3º - Exigir dos edificadores os documentos de licenças de informações pelos fiscaes e despachos do presidente e agente executivo e procurador ou quem suas vezes fizer, para ver se estão conforme o direito, podendo mandal-os completa-lo quaes quer faltas existentes, ou prestar-lhes informações por escripto quando já occupados este terrenos requeridos”⁵⁵.

Portanto, observamos no decorrer de todo esse regulamento, que pelas principais atribuições de cada funcionário da Câmara Municipal de Uberabinha quase sempre perpassam questões ligadas à higienização e ordem social na cidade.

Contudo, é importante ainda salientar que nestes artigos que relatam as atribuições de cada funcionário, com aspectos ligados a inúmeras questões sociais, higiênicas e internas da Câmara e da cidade, encontramos ainda algumas relacionadas à moralidade dos empregados. Como pode ser observado no Art. 7º, que versam sobre as funções do secretário:

“Art.7º - Ao Secretario da Camara compete:

1º - Receber, tomar conta e conservar todo o archivo da Camara, o qual lhe será entregue por inventario circunstanciado, constando de livros, talões, papeis e mais objectos concernentes a Secretaria, da qual passará recibo no livro próprio.

2º - Prover o archivo das faltas que houver, e sua rasão de seu officio, apresentando trimestralmente a conta corrente do dispêndio ocorrido ao presidente e agente executivo.

3º - Fornecer instrucção e certidões a Camara, relativamente aos trabalhos e as actas, assim como a qualquer vereador que o exigir.

⁵⁵ Ibid, pp.37-38.

4º - Lêr e escrever as actas dos trabalhos da Camara em seu expediente, rezolvendo da melhor forma, e em termos claros qualquer ementa pedida por qualquer vereador, redigindo toda escripturação com zelo e escrúpulo”⁵⁶.

No 4º parágrafo, observa-se claramente o teor de exigência em torno do mesmo. Especificamente vê-se mais uma vez o discurso referente à questão da moralidade que deve ter o funcionário, na medida em que se pede que o mesmo “*redija escripturação com zelo e escrúpulo*”. Ressalta-se aqui a preocupação com a figura do que seria um trabalhador ideal que fosse ao mesmo tempo, zeloso e, principalmente, detivesse princípios morais. Critérios estes bastantes disseminados dentro dos ideais republicanos como pudemos ver anteriormente no estudo do primeiro capítulo e também na concepção de trabalhador daquela fase do sistema capitalista.

Através da análise da documentação trabalhada no decorrer desse segundo capítulo, pode-se observar como Uberabinha buscava implementar os mesmos princípios republicanos (apresentados no primeiro capítulo) não só na educação mas principalmente na figura do trabalhador, como vimos em algumas sessões das atas da Câmara e também nessa última passagem da análise do regulamento dos empregados da municipalidade.

Assim, este breve conjunto de informações nos permitiu tanto observar a importância da documentação sobre o período quanto também verificar como se encontram presentes nos livros de atas as principais representações existentes nas atividades políticas de Uberabinha. A Câmara Municipal, como pudemos analisar, ia gradativamente ditando um conjunto de regras e normas para a população, as quais giravam em torno não só do ordenamento e organização da cidade mas principalmente, por meio da disseminação da educação, da escultura da imagem do que seria o trabalhador ideal.

2.3 A Cidade de Uberabinha na Imprensa

Pretendemos, ainda, alargar o campo de visão sobre os temas trabalhados, destacando mais detalhadamente a pesquisa feita em alguns jornais que, apesar de

⁵⁶ Ibid, art. 7º **sobre as funções do secretário**, parágrafo 4º.

posteriores ao nosso período de estudo (até 1907 a imprensa em Uberabinha é episódica, existindo apenas alguns exemplares esparsos no Arquivo Público Municipal), nos permitiram notar como os discursos são operados pela imprensa, verificando o inter-relacionamento (o diálogo) dessas fontes documentais e ampliando a compreensão das temáticas estudadas. Julgamos que a análise da imprensa é de fundamental importância, tanto para que possamos aprofundar a nossa análise sobre educação, moralidade e trabalho quanto também, para observar como se processam as diversas práticas disciplinares aplicadas na época.

É importante salientar que recorreremos à contribuição de alguns artigos de jornais, especialmente “O Progresso”, por acharmos que essa documentação enriquecerá o nosso trabalho, mesmo que não se encontre em nosso recorte de análise. Nosso objetivo é mostrar como a figura do trabalhador era vista na cidade, por uma outra fonte que não as oficiais já apresentadas, recuperando o que para as elites uberabinhenses representava a “classe pobre”, mostrando nos discursos os perigos que esta poderia acarretar para a cidade se não houvesse um controle educacional e disciplinar sobre a mesma.

Enfim, procuraremos mostrar rapidamente, pois a análise da imprensa não é o nosso principal objetivo, como esta arquitetava os seus discursos disciplinares, objetivando com isso completar nosso estudo, ampliando a compreensão de algumas questões que não aparecem claramente nas atas. Mostraremos através de alguns artigos de jornais, como as elites reprimiam a vadiagem, como tentavam encobrir a mendicância e ainda como a educação, principalmente da “classe pobre”, se encontra presente nessas representações.

Em alguns artigos de jornais pudemos observar uma propaganda desenvolvimentista da cidade bem como pregações moralizantes: vê-se aí claramente um discurso profundamente progressista. Tem-se uma constante preocupação com a questão moral e com a educação como pode ser visto, por exemplo, em uma reportagem do jornal “A Nova Era”, sob o título de “Inqualificável”:

“Não sabemos a quem dirigir a reclamação que vai nestas linhas, que, entretanto, devião ser endereçadas a algum fiscal desta cidade; toda via, para ella pedimos a atenção do energico capitão Delegado de Policia, que tão bons serviços vem prestando ao Municipio.

Queremos nos referir às imoralidades que andam a escrever pelos muros a meninada sem educação e alguns marmanjos sem empregos (...).

Em nome da moral e das distinctas familias desta sociedade, que já nos fallaram a respeito, pedimos uma resolução ao caso à auctoridade policial e se nos é permittido ao sr. Fiscal Municipal”⁵⁷.

Podemos perceber com esse artigo, que parece existir uma associação do ter emprego com ter educação, o que sugere novamente que os conceitos de trabalho e educação voltam a aparecer como se estivessem ligados um ao outro. Notamos que a questão do trabalho é resgatada no seu sentido moral e material. Na medida em que o discurso vai se aprofundando também se articulava o lado moral que o trabalho deve representar, significando uma espécie de auxílio para os males provocados pelo ócio.

Destacamos ainda um outro exemplo retirado de um artigo que retrata a preocupação com a educação e com a moral da população intitulado de “Alforge da Moral”:

“A perfectibilidade suprema das acções Moraes acha-se reunida n’um centro único, mas verdadeiro – a escola da família.

(...) A instrucção adquirida durante a puberdade nos bancos escolares deve ser, até, o complemento da educação alcançada no regaço da família.

Infeliz daquelle que não tem pessoa alguma que lhe dirija os primeiros passos!

Infeliz aquelle que extender os braços fora do berço ninguem o ampara!

Que fará neste cazo o homem entregue a si mesmo com tendencia natural para o abuzo!

⁵⁷Inqualificável. **A Nova Era**, Uberabinha, 08 mai. 1907, nº 19, p. 2.

Vê abertas as portas do vício... entra, desce, de degráo em degráo até onde gravita o fundo pego da perversidade, onde tripudia a orgia.

(...) Eis as consequencias rezultantes da completa falta de uma boa direcção na infancia.

Faltou-lhes o conveniente guia, que os fizesse desenvolver, faltou-lhes a verdadeira escola, que, quando guiada pelo Evangelho, é de todas a mais salutar... a escola da família”⁵⁸.

Podemos observar como educação e a família, atreladas à religião, buscam moldar a figura de um futuro trabalhador. O discurso aqui reproduzido pela imprensa deixa claro não só o papel da família na formação do homem, mas principalmente o papel da educação.

Em um outro artigo, do mesmo jornal O Progresso, intitulado “Infância Desvalida”, mostraremos que a educação volta a aparecer, com ênfase principalmente na formação das crianças:

“Por toda parte se levantam parabens ao sr. Coronel Bueno Brandão, digníssimo presidente do Estado, pela sua recente fundação da colonia João Pinheiro, destinado ao ensino, educação e regeneração dos menores desvalidos.

A imprensa não tem regateado elogios a tão útil e proveitoso estabelecimento e nem nós desconhecemos os incalculáveis e inestimáveis serviços que se devem esperar em prol da civilização e do trabalho.

Pena é que não sejam creados em varios pontos do territorio mineiro, diversos estabelecimentos desta ordem, para abrigo e aproveitamento de creanças que vemos pelas ruas das povoações do interior, numa vagabundagem sem lemites, sem occupação, sem frequentarem uma escola e que de uteis cidadãos que podiam ser, crescerão entregues ao vicio,

⁵⁸Alforge da Moral. **O Progresso**, 08 dez. 1907,nº12, p.1. Transcrição feita na íntegra respeitando a forma relatada no jornal. Ressaltamos que esse jornal foi o primeiro a aparecer em Uberabinha, antes dessa data 1907, só se tinha folhetins, por essa razão é que julgamos a importância de analisar essa nova documentação para ampliar e enriquecer o nosso trabalho.

abrigando dentro em si o germen dos futuros assassinos e gatunos, os comensaes das privisões do estado.

(...) O ensino obrigatório só por si não basta.

(...) É preciso mais, a internação de menores vagabundos em estabelecimentos apropriados, donde saiam mais tarde com a necessaria instrucção e um officio ou arte de que tirem honestamente os meios de subsistência(...)⁵⁹.

Através desse artigo vê-se claramente a preocupação educacional a instrução é tida como uma espécie de “salvação” para essas crianças, cujo futuro parecia já estar condenado. Nota-se como a imprensa articula os seus argumentos na tentativa de dar continuidade ao processo de moldagem da figura de um trabalhador ideal, disciplinado.

Em outra reportagem encontramos ressaltados, de um lado, o trabalho enquanto virtude e elemento construtor da ordem e, de outro, o ócio e a vadiagem tratados como crime e degeneração da sociedade, como pode ser visto abaixo:

“(...) salienta-se a proibição da mendicidade a individuos válidos e sadios, que por ahi andam a explorar a caridade pública, sem outra razão além da ociosidade a que se acostumaram. É preciso pois, que o sr. Delegado, cohibindo a vagabundagem, procure joeirar os mendigos, obrigue os demais a procurar ocupação”⁶⁰.

No entanto, devemos observar ao fazer uso das fontes jornalísticas que essas idéias disseminadas pela imprensa são elementos constitutivos da realidade social, não são neutras e nem isentas de conotações políticas. Ao analisá-las o pesquisador deve estar atento a essas questões, observando quem produz essa linguagem, para quem produz e a que fim se destina.

⁵⁹ Infância Desvalida. *O Progresso*, 28 fev. 1909, nº74, p.3.

⁶⁰ Mendicidade. *O Progresso*, 15 mai. de 1908, nº 36, p.2.

Considerações Finais

A partir da organização dos dados coletados nos diversos tipos de documentação, foi possível perceber que se o historiador se encontrar devidamente munido do aparato teórico e dominando os fatos do contexto histórico analisado, estas informações documentais tornam-se uma fonte inigualável para pesquisas. Contribuindo, assim, para a ampliação da compreensão do processo de expansão da educação, da difusão das concepções educacionais, dos usos políticos, das relações político-educacionais, das transformações sócio-culturais, entre outras passíveis de interpretação.

Desta forma, questões aqui abordadas, como ideologia do progresso, construção do mundo do trabalho e da figura do trabalhador, o papel da educação, entre outras, contribuíram decisivamente para a montagem do projeto político-social da cidade e das representações que o acompanham.

Por meio das Atas da Câmara, Conjunto de Leis, Decretos e Regulamentos Municipais e artigos de jornais, pudemos ver como as elites uberabinhenses expressaram-se através de uma linguagem calcada, principalmente, na valorização dos princípios educacionais, higiênicos, disciplinares ressaltando concomitantemente valores éticos e morais, firmados, sobretudo, no trabalho e na manutenção da ordem.

Visualizamos ainda nesse trabalho que a cidade constantemente desde a sua formação buscava o progresso visando, principalmente, a formação do caráter dos indivíduos que nela residiam.

Identificamos através da análise desses diversos tipos de documentos que, assim como o (nacional), Uberabinha também incorporava os mesmos ideais republicanos tão bem disseminados pela historiografia no nosso primeiro capítulo.

Ao realizarmos o estudo dos documentos oficiais (Atas da Câmara Municipal) e também de alguns artigos de jornais da época (especialmente O Progresso), vemos claramente a interligação educação/trabalho presente no interior das elites uberabinhenses no final do século XIX e início do XX.

Observamos o discurso educacional presente na imprensa e nas Atas referente à questão do trabalho, bem como, os princípios morais e disciplinados em torno da população, especificamente, da figura do trabalhador. A preocupação girava em torno não só da ordem social, aspectos disciplinares e higienistas na cidade, mas,

Observamos o discurso educacional presente na imprensa e nas Atas referente à questão do trabalho, bem como, os princípios morais e disciplinados em torno da população, especificamente, da figura do trabalhador. A preocupação girava em torno não só da ordem social, aspectos disciplinares e higienistas na cidade, mas, principalmente, com a formação moral do indivíduo, o qual, devidamente “disciplinado e moralizado” contribuiria significativamente para o engrandecimento da cidade.

Portanto, foi possível observar no decorrer do trabalho que a elite criou inúmeras estratégias disciplinares visando, principalmente, a formação do caráter dos indivíduos, papel este, disseminado pelo discurso educacional e conseqüentemente contribuindo para estimular o trabalhador a seguir os parâmetros disciplinares e educacionais, parâmetros estes, que se constituíam naquele momento.

FONTES

CAMARA MUNICIPAL DE S.PEDRO DE UBERABINHA. **Estatutos e Leis – Camara Municipal S. Pedro de Uberabinha**. Uberabinha, 1903 livro 01.

_____ **COLEÇÃO de Leis, Decretos e Regulamentos**. (vol. 1 a 7).
Disponíveis no Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Livro de Atas da Câmara Municipal, 1892, vol.01. Disponíveis no Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

JORNAIS

- **O Progresso**, Anno I e II Numeros – 12 (dezembro de 1907) e 74 (fevereiro de 1909).
- **A Nova Era**, numero 19 (Maio de 1907).

Obs: Ambos estão disponíveis no Núcleo de Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira, Universidade Federal de Uberlândia.

Referências Bibliográficas

- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. 3 ed. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ed. Livraria KAIRÓS, 3ª edição, 1983.
- COLBARI, Antônia L. *Ética do Trabalho*. São Paulo: Ed. Letras & Letras, UFES, 1995.
- CHALLHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo (RS): UPF, 2000.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. “Reflexões e dados estatísticos sobre a abertura e funcionamento de escolas na região do Triângulo Mineiro (MG), 1880-1960”. Atas – Volume 2, II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. São Paulo: Faculdade de Educação-USP, Fevereiro de 1998, pp. 275-282 (publicado em 2000).
- _____. “Pulsões culturais no início do século XX: Grêmios Literários, conferências, teatro e música em Uberabinha, MG, 1908-1920”. Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de História da Educação, Rio de Janeiro, SBHE (Sociedade Brasileira de História da Educação)/UFRJ, novembro de 2000 (por problemas de comunicação, foi publicado apenas o resumo nos Anais – texto completo em anexo).
- _____ et alii. “Educação e imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX”. Revista de Educação Pública, Cuiabá, UFMT, 6 (10): 123-162, jul/dez 1997.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A Disciplinarização da Pobreza e Espaço Urbano Burguês: Assistência Social Institucionalizada (Uberlândia 1965 a 1980)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1986. (Dissertação, Mestrado em História Social).
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. “Uberabinha: trabalho, ordem e progresso”. Cadernos de História, Uberlândia (MG), v. 6 (6): 115-134, jan. 1995/dez. 1996.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum – Estudo sobre a cultura popular tradicional*.

São Paulo: Companhia Das Letras, 1998.

WIRTH, Jonh.D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira, 1889-1937*.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.